



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150516 - CE (2021/0223628-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : J C (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J. C. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0628799-30.2021.8.06.0000).

O recorrente encontra-se cautelarmente segregado, em decorrência de prisão em flagrante convertida em preventiva, pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 147 e 171, § 4º, ambos do Código Penal, c/c art. 102 do Estatuto do Idoso.

Sustenta, em síntese, que há excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não é compatível com esse exame liminar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente